



**PROJETO DE LEI Nº 5.306, DE 2023**

Altera a Lei nº 12.587, de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, para dispor sobre o fomento a curso de capacitação para motoristas que prestam serviço de transporte remunerado privado individual de passageiros sobre como proteger as passageiras, especialmente as que se encontrem em situação de vulnerabilidade por embriaguez, sedação, uso de entorpecentes ou outra forma que dificulte ou comprometa seu discernimento.

**Autor:** Deputado CAPITÃO ALBERTO NETO

**Relatora:** Deputada LÊDA BORGES

## I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 5.306/2023, de autoria do Deputado Capitão Alberto Neto, altera a Lei nº 12.587/2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, para dispor sobre o fomento a curso de capacitação para motoristas que prestam serviço de transporte remunerado privado individual de passageiros, cujo programa disponha sobre como proteger as passageiras, especialmente aquelas mulheres que se encontrem em situação de vulnerabilidade decorrente de embriaguez, sedação, uso de entorpecentes ou outra causa que dificulte ou comprometa seu discernimento.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lêda Borges





Apresentação: 03/07/2024 14:14:42.910 - CDU  
PRL 1 CDU => PL 5306/2023

PRL n. 1

A apreciação da proposição é conclusiva pelas Comissões e seu regime de tramitação é ordinário, conforme o art. 24, inciso II e art. 151, inciso III, ambos do RICD.

Ao fim do prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto, nesta Comissão.

É o relatório.

## II - VOTO DA RELATORA

O projeto de lei ora em exame objetiva alterar a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que trata das diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana (PNMU), para dispor sobre o fomento a curso de capacitação para motoristas que prestam serviço de transporte remunerado privado individual de passageiros, cujo programa disponha sobre como proteger as passageiras, especialmente aquelas mulheres que se encontrem em situação de vulnerabilidade decorrente de embriaguez, sedação, uso de entorpecentes ou outra causa que dificulte ou comprometa seu discernimento.

Para tanto, acrescenta-se um inciso ao parágrafo único do art. 11-A, o qual dispõe sobre a regulamentação e fiscalização do serviço de transporte remunerado privado individual de passageiros.



Para verificar a assinatura, acesse <https://inteligenciajudicial.org.br/assinatura/camara-leg.br/CD240066408200>





Apresentação: 03/07/2024 14:14:42.910 - CDU  
PRL 1 CDU => PL 5306/2023

PRL n.1

Diante do exposto, no que cabe a esta Comissão de Desenvolvimento Urbano analisar, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.306, de 2023, por meio do Substitutivo adotado pela Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2024.

Deputada LÊDA BORGES  
Relatora

2024-8883

